



As categorias essenciais da ciência da religião¹²

The essential categories of religious studies

Claudia Aparecida Santos Oliveira³

Resumo: Toda e qualquer disciplina é organizada por elementos mínimos necessários à sua constituição. Se assim for, isto é, que qualquer campo disciplinar é estruturado por estas categorias e considerando a Ciência da Religião um campo disciplinar, é possível afirmar que tais categorias estão presentes nesta área do conhecimento a estruturando, organizando e definindo. Partindo deste pressuposto, este artigo trará algumas reflexões de como essas categorias se apresentam na Ciência da Religião. O objetivo é destacar os elementos que a constituem enquanto tal, a partir da revisão de literatura especializada. O que se observou é que as categorias, tal como elencadas, podem contribuir no sentido de trazer outro olhar para o “estatuto epistemológico”, de modo especial, para se pensar a disciplinaridade da área.

Palavras-chave: Epistemologia. Disciplinaridade. Categorias. Ciência da religião.

Abstract: Every and any subject is organized by some minimal elements needed to its constitution. If such were the case, any disciplinary field is structured by these categories and taking on account that Religious Studies is a subject field it's possible to assure that these categories are presented in this knowledge area structuring, organizing and defining it. Based on this assumption, this article will articulate some reflections on how these categories are present in Religious Studies. The goal is to highlight some elements that compose as such, from the specialized literature review. What has been seen is that the categories, as mentioned before, can contribute to bring a new perspective to the epistemological statute, in particular, to think about the disciplinarity of this study area.

Keywords: Epistemology. Discipline. Categories. Religious Studies.

¹ Apesar de ser mais comum o uso de “Ciências da Religião”, inclusive sendo esta a grafia que consta no Documento da Área 44 – Teologia e Ciências da Religião – junto a CAPES, optamos por “Ciência da Religião” por ser este o nome do departamento no qual esta pesquisa e toda a nossa trajetória acadêmica se desenvolve.

² Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ciência da Religião (2021) intitulada “A interdisciplinaridade como categoria essencial da Ciência da Religião: reflexões de seu uso, significado e possíveis contribuições à disciplina” que se encontra no Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13002>.

³ Doutoranda em Ciência da Religião no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista CAPES. Mestra, Especialista e Bacharela em Ciência da Religião (UFJF). E-mail: claudinha.santos81@gmail.com



Introdução

De acordo com Barros (2019, p. 53-54), toda disciplina é organizada por elementos que se referem a um conjunto de categorias que estruturam e “envolvem ou estão envolvidas na constituição, afirmação e transformações de um ‘campo disciplinar’ de saberes e práticas”. Em outros termos, *todo e qualquer* campo disciplinar é estruturado e definido pelas seguintes categorias: interesses temáticos, singularidade, teoria, discurso, método, interdisciplinaridade, campo intradisciplinar, interditos, rede humana e o olhar sobre si.

Considerando que *qualquer* disciplina - ciência e/ou área de conhecimento - é estruturada por estas categorias, e que a Ciência da Religião é uma disciplina, é possível dizer que essas categorias também estão presentes nessa ciência ou área, sendo por elas estruturada e definida. Partindo deste pressuposto, este artigo buscará elucidar como essas categorias se apresentam na mesma.

Para tanto, há um aspecto que deve ser considerado: o de que toda disciplina é histórica, uma vez que surge ou começa a ser percebida em um dado momento no tempo. Ou seja, o que se está considerando aqui é que, assim como as demais ciências, a Ciência da Religião é uma disciplina histórica e é essa historicidade que nos permite refletir sobre essas categorias. Neste sentido, adotou-se como metodologia a revisão de literatura especializada.

1. Interesses Temáticos e a Singularidade da Ciência da Religião

Uma das primeiras fronteiras estabelecidas pela disciplina é o objeto. Resultado do rompimento dos projetos da vida cotidiana, o objeto surge da eliminação de questões não consideradas pertinentes por uma determinada área (FOUREZ, 1995). É quando se define o *campo de interesses temáticos*. No entanto, esta definição só acontece após a decisão acerca do *ponto de vista preciso* que será utilizado para descrever, observar, entender, compreender este campo que pode ir de um interesse mais amplo “até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudo e de temáticas a serem percorridas pelos seus praticantes” (BARROS, 2019, p. 55).

Toda disciplina, ao se estabelecer, opera certo tipo de ruptura que delimita um determinado campo de interesses. Apesar de existir, de estar no mundo, a condição para

que algo seja considerado um objeto (de estudo) é o corte feito pelos envolvidos na ação que, ao mesmo tempo que separa, proíbe que ele seja confundido com outra coisa. E o mais importante: toda essa ação de ruptura sempre se dá em virtude de um projeto. De acordo com Fourez (1995, p. 105-106), essas “rupturas dão um estatuto a um saber determinado”, isto é, são elas que determinam o que será ou poderá vir a ser o campo de interesses de uma determinada disciplina.

Apesar das disciplinas partilharem interesses temáticos em comum (estudo do fenômeno humano ou religioso, por exemplo), para ter uma identidade, é preciso que elas apresentem um conjunto de parâmetros definidores que a tornem única, específica e que justifique sua existência. É o que Barros (2019) chama de *singularidade*, isto é, cada disciplina deve ter a sua forma de classificar e abordar o seu campo temático, que estabelece como irá considerar e organizá-lo.

O estudo da religião, por exemplo. Apesar da dedicação de várias áreas na sua compreensão, em especial dentro do campo das Humanidades, cada uma tem sua forma singular de abordagem que está relacionada aos seus interesses e/ou projetos enquanto disciplina. Isto faz com que o campo de interesses não seja o modo mais adequado para se definir uma disciplina, apesar da ligação desta com este campo e/ou objeto, pois é ela, a disciplina, que o determina através das rupturas epistemológicas que opera (FOUREZ, 1995). É a disciplina, diz Morin (2007, p. 40), que “desvenda, extrai ou constrói um ‘objeto’ digno de interesse para o estudo científico”.

Disto resulta que a ligação entre singularidade e campo de interesse refere-se

aos parâmetros que definem irreduzivelmente a disciplina [...], e não aos “objetos de estudo” privilegiados pelos seus praticantes, que já constituem mais propriamente o “campo de interesses” da disciplina. Uma coisa, é claro, está ligada à outra; mas são itens distintos. É possível abordar um determinado “campo de interesses” a partir de certa “singularidade” que já é específica da disciplina. Os grupos sociais (um mesmo objeto) podem ser examinados de modos distintos pela História, pela Antropologia ou pela Sociologia. (BARROS, 2019, p. 57)

Portanto, a singularidade tem a ver com os parâmetros que, de forma irreduzível, definem a disciplina e não com seus interesses temáticos. Em se tratando da Ciência da Religião, qual seria a sua singularidade? Quais seriam os parâmetros, considerando se tratar de um empreendimento intelectual coletivo? Não se trata de uma questão de fácil



resposta. E é por isso que esforços nesse sentido devem ser empreendidos. É o que se fará a seguir. No entanto, aviso, de antemão, que se trata menos de uma resposta e mais de uma tentativa de compreensão a partir do que foi visto até o momento.

A primeira consideração é sobre o campo de interesses temáticos. Na Ciência da Religião, ele compreende “religião”, “religiões”, “religioso” ou conforme elencado pelo Documento da Área (CAPES, 2019, p. 2), com o “fato religioso, a experiência religiosa, os fenômenos, as experiências, os conteúdos, as expressões, os textos reconhecidos como sagrados, as tradições e narrativas orais, as linguagens, as culturas religiosas e as tradições de sabedoria”. Se por um lado o campo de interesses da área está delimitado, por outro lado resta saber o que assegura a sua singularidade, ou seja, o que faz desta disciplina única e justifica a sua existência, para além de ter um campo de interesses temáticos definido?

Resguardando todos os desdobramentos que tal afirmação possa ter, é possível considerar que a sua singularidade está em ser a única disciplina dedicada integralmente ao estudo da religião em sua totalidade, apesar da sua complexidade, já que a religião é um fenômeno que não se encerra em si mesmo: ela “abrange toda uma ‘família’ de componentes referentes a uma coleção de diferentes fatores, critérios e dimensões que, em seu conjunto, descrevem um quadro no qual a ciência da religião pode inserir seu objeto” (HOCK, 2010, p. 29). A religião é *de per se* complexa, formada por uma rede de inter-relações que não podem ser ignoradas pela Ciência da Religião.

A singularidade se dá menos pelo modo como a disciplina aborda a religião e mais por aquilo que ela não pode desconsiderar a seu respeito. Logo, ela não está no campo de interesses temáticos que também pode ser compartilhado com outras áreas. Acontece que, como dito, cada disciplina tem um projeto e/ou interesse que promove a sua atualização, transformação e, em alguns casos, até a sua redefinição. Em poucas palavras, toda disciplina precisa de algo que a mantenha viva e ativa. E qual seria o projeto e/ou interesse da Ciência da Religião?

Toda disciplina nasce como uma nova forma de considerar o mundo e não para ser a repetição de formas existentes. O mesmo pode ser dito da Ciência da Religião. Apesar da forma que se constituiu, ela não se trata de uma repetição ou um modo de considerar o mundo já existente. O seu nascimento e a sua história também se revelam

como elementos importantes para diferenciá-la das outras disciplinas, cada qual com a sua forma própria de nascimento e existência.

2. Aspectos Teóricos, Metodológicos e Discursivos da Ciência da Religião

Não será surpresa saber que a Ciência da Religião toma emprestado conceitos e aportes teóricos, que incorpora métodos e práticas de outras áreas e que utiliza vocabulários já existentes para dar forma ao seu discurso. Isto porque não é objetivo de nenhuma área desenvolver-se para ter apenas uma orientação teórica e/ou metodológica e sim para apresentar certo *repertório teórico-metodológico*.

Mesmo que tome emprestados conceitos e aportes teóricos originários de outros campos de saber, que incorpore métodos e práticas já desenvolvidas por outras disciplinas ou que se utilize de vocabulário já existente para dar forma ao seu discurso, não existe disciplina que não combine de alguma maneira Teoria, Método e Discurso. Bem entendido, um campo disciplinar não se desenvolve no sentido de possuir apenas uma única orientação teórica ou metodológica, mas sim de apresentar certo repertório teórico-metodológico que é preciso considerar, e que se torna conhecido pelos seus praticantes, gerando adesões e críticas várias. (BARROS, 2019, p. 64)

Se comparada à Teologia ou Filosofia, a Ciência da Religião é uma disciplina relativamente nova, marcada pelo fato de ter sido constituída a partir da contribuição de praticantes de outras áreas. Apesar dos primeiros estudos de religião remontarem à antiguidade, é a partir da segunda metade do século XIX que este estudo se torna mais analítico e especializado com o surgimento de várias disciplinas acadêmicas. Ou seja, é na virada do século XIX para o XX que são fixados caminhos intelectuais importantes no estudo de religião e que se delineia seu “perfil disciplinar no sentido de uma *second-order tradition*” (USARSKI, 2013, p. 58), isto é, de uma tradição de segunda ordem. Mas o que vem a ser essa tradição?

Second-order tradition ou tradição de segunda ordem é “uma visão coletiva das principais escolas de interpretação, métodos operacionais, herança de erudição e, sobretudo, uma memória vital compartilhada das maneiras mediante as quais todos esses fatores constitutivos são inter-relacionados” (USARSKI, 2013, p. 51-52). Essa

inter-relação se deu na busca pela identificação do elemento central ou fundamental da religião, isto é, na tentativa de se isolar seu *sine qua non* ou *primeiro princípio*.

Conforme Capps (1995), essa busca mobilizou figuras importantes no estudo da religião tais como Kant (moral), Schleiermacher (sentimento de dependência absoluta), Otto (numinoso) e outros, que adaptaram seus métodos para achar o elemento essencial da religião. Para Capps, a busca pelo primeiro princípio tem a ver com a influência da filosofia cartesiana no pensamento desses intelectuais. Em seu entendimento, o modo como se estabeleceram os termos, as condições e as bases da investigação intelectual deram forma e conteúdo à disciplina. A dúvida cartesiana possibilitou a descoberta de um princípio resistente e confiável sob o qual a filosofia foi erguida.

A passagem da *reductio* (identificação dos primeiros princípios) para *enumeratio* (enumeração dos componentes necessários e constituintes) influenciou o modo de se investigar a natureza da religião de Kant e de outros filósofos que, “honrando as tendências cartesianas testadas pelo tempo, [...] abordaram seu assunto tentando identificar a condição *sine qua non* da religião, seu elemento central, irredutível e fundamental” (CAPPS, 1995, p. 20). Ao denominar de *a priori* o elemento religioso, o que os filósofos fizeram, na verdade, foi simular a sequência de análises cartesianas a fim de chegar à natureza da religião.

Só que essa abordagem não deu conta de compreender o fenômeno religioso. Em um dado momento, a questão da natureza e a busca por um elemento central, juntou-se à questão da origem da religião. O interesse passou da natureza para a origem, resultando em novos conhecimentos a respeito da religião. É quando a fenomenologia surge como uma tentativa de se ordenar os vários elementos da religião fornecendo “uma descrição abrangente da maneira e da forma pela qual os fenômenos religiosos aparecem na experiência humana” (CAPPS, 1995, p. 15). A partir de então, além das tentativas de explicar a religião, entender a sua função e seu papel entrou para a pauta dos estudiosos.

Capps (1995) defende a existência de uma inter-relação entre as abordagens da religião. Para ele, a variedade de especialistas dentro do estudo acadêmico de religião não se explica a partir da reivindicação dos estudiosos como tendo lugar e participação efetiva na área, mas pela fertilidade, resiliência e resistência da religião que incitou e ainda hoje incita várias formas, em potencial, de compreensão. Está na complexidade da religião a explicação para a Ciência da Religião se compor “por uma variedade de



caminhos discerníveis de investigação” (CAPPS, 1995, p. 14), portanto. Uma vez que o interesse pela religião sempre foi um interesse múltiplo, sua abordagem foi, ao longo do tempo, constantemente aprimorada, assim como as perguntas que desencadearam todo o processo de investigação.

Afirmar que a Ciência da Religião é uma disciplina, é reconhecer que “emprega regras estabelecidas e métodos de investigação para abordar tais questões e registrar respostas” (CAPPS, 1995, p. 13). Dito de outro modo, para tornar o assunto religião inteligível, isto é, torná-lo um conhecimento, métodos são empregados de acordo com o interesse ou projeto que se tem. Isto explica o vasto repertório teórico-metodológico da disciplina que, enquanto um empreendimento intelectual coletivo - constituído com a colaboração de praticantes de outras áreas -, tem como uma *tradição de segunda ordem* que se caracteriza pela existência de várias linhas investigativas e pela “sucessão de desenvolvimentos paralelos” (CAPPS, 1995, p. 14).

Sendo a religião um campo de investigação complexo, faz-se necessário “um conhecimento interdisciplinar e o emprego de diversas metodologias para se descobrir o que se guarda sob seu manto” (PIEPER, 2019, p. 8). Essa complexidade faz da religião um objeto multidimensional que exige estudos de natureza interdisciplinar (USARSKI, 2007; SANTOS, 2018).

Disto resulta uma disciplina caracterizada pela variedade epistemológica e, por conseguinte, de objetivos conviccionais distintos porque é composta por uma variedade de epistemologias. Por conta desta variedade, a área é influenciada por múltiplos interesses e intenções metodológicas que se tornam mais complexas quando unidas aos objetivos conviccionais em relação à religião que podem ser o de defender, demonstrar, verificar, ilustrar ou sancionar determinado ponto de vista sobre ela (CAPPS, 1995).

A complexidade da religião desencadeou outras complexidades (de métodos, interesses, discursos) que influenciaram no modo como a área se constituiu. Assim, para além de desempenhar um papel formativo nos processos de interpretação, as convicções e/ou interesses também estão nas formas assumidas pela tradição de segunda ordem da Ciência da Religião (CAPPS, 1995). Isto nos leva a corroborar com Pye (2017) quanto à necessidade de os métodos estarem alinhados aos interesses da área e com Passos e Usarski (2013, p. 18) quanto à importância de apropriarmos “do potencial heurístico das



suas subáreas”, já que esta apropriação pode nos levar a descobrir novas formas de se investigar e compreender a religião.

Quanto aos aspectos discursivos, à medida que a disciplina vai se constituindo, ela se inscreve “em certa modalidade de discurso, por vezes com dialetos internos” que só os iniciados conseguem acessar. A ciência forma uma linguagem comum que fornece pontos de referência aos praticantes que interiorizam *um universo conceitual mental* que permite partilhar da mesma experiência. Aprender uma ciência é também aprender uma determinada linguagem (FOUREZ, 1995).

No caso da Ciência da Religião, mesmo sendo um empreendimento intelectual coletivo, ainda sim é possível visualizar uma linguagem que caracteriza a área. O que parece ser uma questão é como essa linguagem vem sendo assimilada considerando que, e ficaremos com essa hipótese, que corrobora com o argumento de Costa (2019), falta uma iniciação mais formal e continuada com a literatura da área. No entanto, a nosso ver, essa carência vem sendo suprimida com os cursos de graduação, ao oferecer - mesmo que Capps (1995) não tenha falado a este respeito, o seu pensamento aqui se encaixa - treinamento e prática, qualidades essenciais na direção e condução do estudo, pesquisa e formação.

A graduação permite aos estudantes familiarizarem-se com as questões, perguntas, problemas e reflexões da área a ponto de fazê-las, de considerá-las suas. Isto acontece quando o estudante se une à disciplina e descobre que “os problemas e questões podem (de fato devem) ser refletidos à luz (e dentro da estrutura) das tradições de conhecimento pela qual a disciplina é composta” (CAPPS, 1995, p. 6). Ou seja, pelos conhecimentos que acumulam e que servem tanto no processo de formação quanto no de pesquisa, constituindo o ponto de partida na produção de novos conhecimentos.

Popper (1982) fala sobre isso. Ao explicar que a diferença entre a tradição de primeira e segunda ordem está na atitude - na primeira é acrítica e na segunda é crítica -, Popper (1982) destaca que a ciência não se desenvolve pelo acúmulo de conhecimento, mas pela possibilidade de transformação assumida na atitude crítica que exige a existência de pontos de partida ou referenciais, já que a observação não nasce do nada. É preciso, segundo ele, subir “nos ombros dos nossos predecessores” para saber onde e como começar. Mesmo que não se encontre todas as respostas, esse acesso permite

saber o que já foi percorrido até o momento, onde e como começaram e o principal, até onde conseguiram chegar (POPPER, 1982, p. 155).

Finalizando, as teorias e os métodos utilizados pela Ciência da Religião, em sua grande maioria, foram e ainda são elaborados por estudiosos e pesquisadores praticantes de outras áreas. Uma vez que se está diante de um campo de interesses temáticos que pode ser observado a partir de várias lentes, abordado a partir de várias lentes, abordada de várias perspectivas, o repertório teórico-metodológico a ser utilizado é o que mais se alinhar à pergunta, interesse e/ou projeto, o mais adequado ao objetivo que se tem. Só não se pode perder de vista a relação existente entre o dado/fato, a teoria e o método (mediador) (GRESCHAT, 2005).

Deve-se levar em consideração essa interação ao se pensar a respeito do que será pesquisado, como será interpretado e qual caminho será percorrido, ou seja, objeto e/ou tema, teoria e método. Para Engler e Stausberg (2013), é necessário saber se a escolha do objeto e/ou tema está baseada em interesses específicos ou se, de fato, é uma questão teórica ou problema fundamental. A diferença que apontam é que, no primeiro caso, a relevância teórica não é algo *a priori*, mas *a posteriori*: a teoria vem depois da escolha do objeto. Ao se reconhecer a integração entre teoria, dados e método, a escolha deixa de ser trivial e passa a desempenhar “um papel básico (i) na escolha inicial [...], (ii) na construção das categorias que enquadram esses ‘objetos’ [...] e (iii) na orientação de cada passo da nossa pesquisa” (ENGLER; STAUSBERG, 2013, p. 69).

3. O campo Intradisciplinar da Ciência da Religião

Inserida no mundo social, toda disciplina é dinâmica, se transforma e se mantém em constante diálogo com o meio. Dessa interação, novas especializações emergem em resposta às demandas de estudos, aplicações e formações que surgem no decorrer do tempo e também das mudanças científicas, acadêmicas e socioculturais que passam a exigir novas formas ou novas abordagens dos fatos, aspecto este “inerente à história do conhecimento na civilização ocidental, sobretudo a partir da modernidade” (BARROS, 2019, p. 63) momento pelo qual a sociedade se seculariza, tornando-se mais pluralista, diversificada, globalizada.

Os estudos não teológicos das religiões expandiram e internalizaram a partir da segunda metade do século XX. É quando surge uma concepção mais pluralista de



religiões. Entre os anos de 1970 e 1980, estudos críticos pós-moderno, pós-estrutural, pós-colonialista e teorias feministas conquistaram um maior espaço. Esses estudos, que enfatizam a “construção social da realidade e da identidade, a dominação política e a hegemonia cultural e a sociedade como local de supressão, apropriação e exploração” (ALES BELLO, 2009, p.40), contribuíram para a introdução do *domínio do político* no estudo das religiões (autoridade, poder, política, ideologia). É quando a categoria “religião” é criada. Derrida, Foucault, Edward Said, Talal Asad e outros intelectuais impactaram, sobremaneira, os estudos de religião contribuindo para a abertura de novos campos de estudo e métodos de representação.

Como resultado de vários modos de crítica que se tornaram comuns na década de 1970, o estudo das religiões mudou enormemente. Algumas mudanças importantes já foram notadas, como a mudança para incluir experiências e vozes das mulheres dentro do estudo das religiões. Outra mudança envolveu fontes e métodos. Tal como se desenvolveu na Europa, o estudo das religiões foi fortemente orientado para o exame de textos, especialmente aqueles que, de alguma forma, contaram como “clássicos” e seus contextos históricos. Hoje, estudiosos de religiões têm a mesma probabilidade, se não mais, de dar atenção significativa a muitas outras fontes de dados, incluindo meios de comunicação contemporâneos como rádio, televisão, internet e até histórias em quadrinhos. (ALLES, 2009, p. 48, tradução nossa)

Os estudos de religião no Brasil também acompanharam essas transformações a partir do intercâmbio com outras áreas do conhecimento e o campo religioso brasileiro que, caracterizado pela pluralidade, estabeleceu uma nova dinâmica não só religiosa, mas social, cultural, política e humana. Novas especializações resultaram das interações, como, por exemplo, os estudos voltados à política, educação, saúde, artes, economia e outros, e os dedicados às pautas feministas, de gênero, sexualidade, classe e raça. Atualmente destacam-se os estudos decoloniais de religião.

Os estudos de religião e a Ciência da Religião estão em constante transformação e atualização ao longo dos tempos. O resultado é a criação de novas linhas, projetos e grupos de estudos e pesquisas, bem como componentes curriculares nos cursos de pós-graduação e graduação que formam o *campo intradisciplinar* da Ciência da Religião. Este campo é composto por todas as disciplinas que estão no seu interior. Isto faz com que disciplinas como Fenomenologia da Religião, Sociologia da Religião, Psicologia da Religião etc. não sejam consideradas ciências e/ou áreas do conhecimento, ao menos



não quando estão dentro dessa área. Assim como o Cristianismo, Budismo, Espiritismo, pegando alguns exemplos, são componentes curriculares ou matérias, especializações, subáreas. Barros (2019) tem uma frase que sintetiza bem o que acabo de dizer: apesar de toda ciência ser uma disciplina, nem toda disciplina é uma ciência.

Tomando Bourdieu (2004) por referência, uma ciência é sempre um campo, um macrocosmo. Se Ciência da Religião é um macrocosmo, em seu interior não pode haver outros macrocosmos. O que se tem são microcosmos que afetam e são afetados pela estrutura em que estão inseridos por causa dos diálogos tanto intradisciplinares quanto interdisciplinares que travam entre si, como se verá mais adiante, e cuja estrutura é, de igual modo, afetada pelo contexto social, econômico, político, educacional no qual esta disciplina se insere.

Do mesmo modo que as disciplinas se relacionam, dialogam entre si, também em seu interior ocorrem, ou deveriam ocorrer, relações intradisciplinares. Mosquera (2006, p. 352-353) explica que essas apresentam o caráter comunicacional por se tratar de “relações comunicativas e não comunicativas que conduzem a processos de troca de informação-transformação-comunicação” entre os praticantes da especialidade, o caráter exclusivo, pois o diálogo se dá entre os representantes da disciplina, e, por fim, o caráter relacional intrínseco que possibilita à disciplina uma autocorreção que determina seus avanços internos. Neste processo, afirma o autor, as disciplinas afirmam e descartam o que não julgam relevantes ou pertinentes em seu processo de organização e legitimação.

Isto evidencia os desenvolvimentos e/ou atualizações que ocorrem no interior das disciplinas que podem resultar em novas especializações ou mesmo ultrapassar seus limites. É quando ocorrem as relações interdisciplinares, ou seja, o diálogo não ocorre só no interior das disciplinas. No entanto, as primeiras relações que ocorrem são as intradisciplinares que, além de internas, são individuais. Os diálogos interdisciplinares acontecem no segundo momento, quando as disciplinas adquirem o caráter cooperativo do “processo de integração da informação ou desenvolvimento de critérios plenamente aceites pelos representantes disciplinares com as respectivas organizações que ‘legitimam’ o conhecimento científico, tornando-o convencional e transferível” (MOSQUERA, 2006, p. 352).

Para finalizar, mesmo quando se desdobram em novas especializações, este processo não impacta na singularidade da disciplina, pois esta tem a ver, usando os



termos de Kuhn (1972), com a matriz disciplinar que, para ser alterada, requer uma revolução paradigmática capaz de estabelecer novos parâmetros (FOUREZ, 1995). Por fim, a expansão dos domínios de uma disciplina não ocorre apenas internamente, mas passa necessariamente pela interdisciplinaridade que tem papel relevante neste processo.

4. Interdisciplinaridade na Ciência da Religião

Para se falar da interdisciplinaridade na Ciência da Religião, um livro importante de se mencionar dada a sua relevância dentro da área é *As Ciências das Religiões* (1999), dos autores italianos Giovanni Filoramo e Carlo Prandi. O objetivo do mesmo, segundo os autores, é o de servir como mapa e bússola para as pesquisas e “um possível fio de Ariana [grafia que consta no livro] interpretativo” (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 6) nesse processo de investigação.

Os autores relatam que o aumento da especialização por conta da fragmentação da pesquisa fez surgir a necessidade de estudos que tratassem do “problema do sentido e da globalidade dos processos de pesquisa que formam com suas especializações e seus métodos os diferentes campos disciplinares” (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 5). Isto se deve ao aumento do interesse pelos estudos de religião por parte de várias áreas do conhecimento no período pós-guerra. Diante dos riscos de *cacofonia metodológica* e de *miopia especialística*, o apelo foi para que a unidade, a especialidade e o sentido global do objeto não fossem esquecidos. Só que, a partir do século XX, avolumaram-se as informações e áreas tornando difícil ter domínio de tudo (FILORAMO; PRANDI, 1999).

O progresso por parte das disciplinas levou à disponibilização de novos dados e informações. Transformações ocorridas com os meios de comunicação e a informática mudaram os modos e as vias de conhecimento, entre eles, um acesso maior aos dados e informações das religiões. Essa mudança favoreceu o aumento do interesse pelo estudo das religiões que saiu de uma perspectiva ocidental e cristã para outra que confrontava a globalidade do fenômeno religioso que levou à ampliação, diversificação e mudança de onde os conhecimentos de religião eram produzidos para além da Europa e dos Estados Unidos (FILORAMO; PRANDI, 1999).

Diante dessa mudança e para dar conta da globalidade das religiões vivas, as *Ciências das Religiões* deveriam manter as estruturas abertas e dinâmicas para poder



receber as novas metodologias que estudam tal fenômeno. Este é, inclusive, o entendimento por trás da impossibilidade de se reduzir a área a um só objeto (religião) e a um só método (hermenêutico), isto é, o interesse cada vez maior “por parte das mais variadas (do ponto de vista metodológico) disciplinas” (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 5). Registra-se que as especializações foram benéficas aos estudos de religião. A própria diversidade do campo intradisciplinar da área fala por si.

Para os autores, “as ciências das religiões (CR) não constituem uma disciplina à parte, fundada, [...] na unidade do objeto (a religião) e na unidade do método (a compreensão hermenêutica)” (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 13). Este entendimento produziu novas e importantes reflexões epistemológicas da área no Brasil. É o caso, por exemplo, de Camurça (2008) na sua tentativa de entender se o que era feito pelos docentes do programa de pós-graduação que fazia parte, enquanto coletivo, os unia para “além da vaga interdisciplinaridade” (CAMURÇA, 2008, p. 17).

Uma pauta importante, intensificada a partir dos anos 2000, período que marca a consolidação e expansão da Ciência da Religião no país, é a questão da sua identidade, que tem a ver com a indefinição sobre o nome da área, especialmente refletida de forma isolada, isto é, “ciência/s” e “religião/ões”, como se observa na literatura especializada (FILORAMO; PRANDI, 1999, CAMURÇA, 2008, PORTELLA, 2011, HUFF JR; PORTELLA, 2012) e que mantêm estreita relação com a “incerteza identitária” da área diante de compreensões tão distintas sobre si mesma (PORTELLA, 2011).

Para Camurça, importava saber se a denominação Ciência da Religião tornava academicamente coesa um quadro docente composto de profissionais das mais diversas áreas, se traduzia o que era feito naquele *locus* onde, mesmo operando com razoável segurança as questões operacionais, o nome - não escolhido, mas recebido por herança, importante destacar -, causava desconforto e a sensação de defasagem entre a prática (ciências) e o nome dado à prática (ciência). O receio de Camurça, pelo que se nota, era se essa particularização sugerida pelo nome diante de um objeto desconsiderava o “patrimônio epistemologicamente diversificado e diferenciado que as ciências humanas modernas conquistaram” (CAMURÇA, 2008, p. 21).

Apesar de situado em um departamento denominado Ciência da Religião, no singular, Camurça defende a necessidade de uma pluralidade disciplinar no estudo da religião em que “distintas disciplinas acadêmicas com seus instrumentais particulares,



cada uma atinente à dimensão para qual está habilitada, mas em um empreendimento de empréstimos mútuos e associação de capacidades; logo, no meu modo de ver, *interdisciplinaridade!*” (CAMURÇA, 2008, p. 22). Para ele, não havia espaço para uma *ciência particular* no tratamento da religião, diante do risco de se “amesquinhar a interdisciplinaridade disciplinar”, caso se privilegiasse a abordagem fenomenológica em relação às demais.

Diante disso, a interdisciplinaridade se apresentou como “o enfoque a ser dado nos Programas de Pós-Graduação em Ciência(s) da Religião” (CAMURÇA, 2008, p. 25) mais adequado. Partilhando do mesmo entendimento, Ferreira e Senra (2012) chamaram a atenção para a pouca elucidação desta proposta metodológica que pressupõe uma forma de produção do conhecimento através das trocas teóricas e metodológicas e da geração de novos conceitos e metodologias.

A pluralidade disciplinar favorece a Ciência da Religião ao possibilitar tanto uma compreensão mais dinâmica e aberta da religião, quanto novas possibilidades de analisá-la. No entanto, a prática interdisciplinar para acontecer, de acordo com Ferreira e Senra (2012, p. 263), necessita de equilíbrio entre “uma visão integradora de diversas disciplinas” e “um salto cognitivo que não esteja pressuposto em qualquer somatório das abordagens disciplinares”. Não basta só formar um todo coerente pela soma das partes; antes disso, deve-se saltar cognitivamente a ponto de ultrapassar as fronteiras e estabelecer pontes entre os diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção de conhecimento (CAPES, 2009). Não basta apenas integrar, há que se mudar a forma como se adquire o conhecimento.

Na Ciência da Religião a interdisciplinaridade é mais abordada em seu aspecto metodológico, isto é, como um meio de produção de conhecimento que se dá a partir de aportes teórico-metodológicos das demais Ciências Humanas e Sociais. Se em relação a este entendimento não parece haver dúvidas, o mesmo já não se pode dizer sobre como a metodologia interdisciplinar acontece na prática, isto é, como o conhecimento se produz interdisciplinarmente.

Uma das questões que atravessa a Ciência da Religião é sobre ter um método ou metodologia exclusiva. Neste quesito, a interdisciplinaridade é apresentada como aquela que derruba qualquer pretensão de método e/ou metodologia única, em especial o fenomenológico (CAMURÇA, 2008; SILVEIRA, 2018), sustentando a importância da

pluralidade (disciplinar/metodológica) no estudo de religião. No entanto, a nosso ver, a interdisciplinaridade acabou confundida com pluridisciplinaridade. Enquanto a primeira se fundamenta na interação que pressupõe “novos questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade” (FAZENDA, 2011, p. 12), na última não há trocas efetivas entre as disciplinas envolvidas, apesar de reunidas em torno ou em prol de um projeto comum. Além disso, ter um repertório teórico-metodológico faz parte de uma disciplina.

Para encerrar, Teologia e Ciências da Religião compõem a área 44 da CAPES que tem, na interdisciplinaridade, a sua característica constitutiva. Conforme consta no Documento (CAPES, 2019), a relação interdisciplinar entre elas é importante para os seus desenvolvimentos teórico-metodológicos. Para evitar sobreposições e submissões, suas especificidades metodológicas devem ser asseguradas de modo que, dessa colaboração mútua entre as áreas, colabore “na melhor compreensão dos seus objetos e no desenvolvimento da pesquisa e colaboração da área com a sociedade” (CAPES, 2019, p. 8).

5. Interditos, Rede Humana e Olhar Para Si

A linguagem, os métodos, as teorias, cooperam para que a disciplina tenha autonomia ao delimitar suas fronteiras. Tal delimitação faz com que haja o lado de fora, exterior de uma área e o lado de dentro, interior, resultando na zona de *interditos* que pode ser entendido como “aquilo que se coloca como proibido aos seus praticantes” (BARROS, 2019, p. 67). Tomando por referência Foucault (2008), interdição é quando não se tem o direito de dizer tudo, falar de tudo e nem de qualquer coisa.

Segundo Barros (2019), em uma disciplina, o que se interdita, assim como tudo que faz parte dela, é histórico, logo, sujeito a transformações. A interdição não é algo permanente. Está sujeita a transformações tal como a própria disciplina. O que hoje se apresenta como uma interdição dentro de uma disciplina, com o tempo pode perder tal *status* e passar a ser legitimada pela comunidade científica.

No contexto da Ciência da Religião, a zona de interditos não parece estar bem delimitada, não no sentido de se ter proibições explícitas. No entanto, perspectivas que se distanciam de determinados *pontos de vista* ou *objetivos conviccionais* podem ser interdidadas e, se não for este o caso, não consideradas. Não se pode ignorar, e Foucault

(2008) ressalta bem, que por trás de todo discurso, de cada enunciado, pode haver uma *vontade de poder*, isto é, um desejo e um poder.

Ao estar dentro de uma área, é importante entender o sentido, a forma, o objeto dos enunciados que tratam dos sistemas de exclusão, lembrando que a interdição é uma forma de exclusão (FOUCAULT, 2008). Isto porque, de acordo com Bourdieu (2004), o que determina o que pode ou não ser feito pelos agentes do campo, é a estrutura das relações objetivas, relações essas que não se orientam ao acaso, de modo que, até as interdições, podem estar orientadas a um fim determinado.

Em relação à *Rede Humana*, toda disciplina é composta por praticantes atuais e antigos. Barros (2019) acrescenta que, além de humana, a rede é composta de textos (livros, artigos, revistas etc.) e de realizações, experiências concretizadas e registradas pelos sujeitos em dinâmica interconexão. Não há separação entre o elemento humano e a disciplina. É ele, o agente, que modifica a rede. A influência de cada um e de todos pode ser “entrevista nas lentas ou súbitas mudanças de temáticas, de preferências teóricas, de escolhas metodológicas” (BARROS, 2019, p. 71). O que afeta a disciplina e que, às vezes, só é visualizado quando toma maiores proporções - transformações que redefinem ou contribuem na orientação de sua história -, constitui uma grande obra coletiva construída pela contribuição dos sujeitos que a modifica, cada qual a seu modo (BARROS, 2019).

Além de formar uma rede institucional – universidades, institutos de pesquisa, circuitos editoriais de revistas científicas, grupos de pesquisas, parcerias, associações -, a rede humana forma a comunidade científica, isto é, um “grupo social relativamente definido [...] onde os indivíduos se reconhecem entre si e que tem, portanto, a sua coerência própria” (FOUREZ, 1995, p. 93). Esta comunidade é responsável por elaborar uma consciência de si e da disciplina que se constitui na medida em que se desenvolve. Desta resulta “histórias do campo”, narrativas e análises que seus praticantes elaboram “acerca da própria rede de homens e saberes em que estão inseridos” (BARROS, 2019, p.72). Toda disciplina nasce em um determinado momento. Ao passo em que vão se consolidando, vão tecendo importantes reflexões sobre si. E no interior dessa história, “se conecta de uma maneira e de outra com as histórias de todos os demais campos disciplinares” (BARROS, 2019, p. 22).



Considerações finais

O que se buscou elucidar neste artigo, para além da disciplinaridade da Ciência da Religião e a partir desta, da sua estruturação a partir das categorias foi, antes de tudo, o seu aspecto histórico que, a nosso ver, deve ser conhecido por quem deseja fazer, de modo efetivo, uma *ciência da religião*. Isto porque corroboramos com Capps (1995) de que os acadêmicos, professores e pesquisadores têm a responsabilidade de conhecer, de modo suficiente, a área em que atuam.

É certo que muito mais poderia - e ainda precisa - ser dito sobre cada uma das categorias que estruturam a Ciência da Religião. No entanto, como dito no começo, não houve a pretensão de esgotar todas as possibilidades, mas de trazer um panorama ou um breve estado da arte capaz de introduzir o assunto e, ao mesmo tempo, abordar alguns pontos considerados importantes que vêm sendo debatidos ao longo da história da área. Disto conclui-se que, as categorias, tal como elencadas, podem contribuir no sentido de trazer um novo olhar para o “estatuto epistemológico da Ciência da Religião”, de modo especial, para se pensar a sua disciplinaridade.

Referências Bibliográficas

ALES BELLO, Angela. *O sentido das coisas: por um realismo fenomenológico*. São Paulo: Paulus, 2019.

BARROS José D'Assunção. *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAMURÇA, Marcelo. *Ciências Sociais: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.

CAPPS, Walter H. *Religious Studies: The Making of a Discipline*. Minneapolis: Fortress Press, 1995.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento da área 2007-2009 - *Interdisciplinar*. Brasília: MEC, 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de Área 2013 - *Interdisciplinar*. Brasília: MEC, 2013.



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Ciências da Religião e Teologia*. Documento de Área 44. Brasília: MEC, 2019.

COSTA, Matheus Oliva. *Ciência da Religião Aplicada como o Terceiro Ramo da Religionswissenschaft: História, análises e propostas de atuação profissional*. Tese de Doutorado em Ciência da Religião, PUCSP, São Paulo, 2019.

ENGLER, Steven, STAUSBERG, Michael. *Metodologia em Ciência da Religião*. In: PASSOS, João Décio, USARSKI, Frank (orgs). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, p. 63-74, 2013.

FAZENDA, Ivani C.A. *Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FERREIRA, Amauri Carlos. SENRA, Flávio. *Tendência interdisciplinar das Ciências da Religião no Brasil. O debate epistemológico em torno da interdisciplinaridade e o paralelo com a constituição da área no país*. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião. Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 249-269, 2012.

FIORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FOUREZ, Gérard. *A Construção das Ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é Ciência da Religião?* (tradução Frank Usarski) São Paulo: Paulinas, 2005.

HOCK, Klaus. *Introdução à Ciência da Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo E. PORTELLA, Rodrigo. *Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos*. Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

LAW, Stephen. *Guia ilustrado Zahar: Filosofia / Stephen Law; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Danilo Marcondes*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2011.



MORIN, Edgar. *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOSQUERA, Jhon Jairo. *El concepto de intradisciplina como elemento constitutivo de la interdisciplina en las Ciencias, la Filosofía y el Arte*. Scientia et Technica. año XII, nº 32, Diciembre de 2006.

OLIVEIRA, Cláudia Aparecida Santos. *A interdisciplinaridade como categoria essencial da Ciência da Religião: reflexões de seu uso, significado e possíveis contribuições à disciplina*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PAINE, Scott Randall. *Filosofia da Religião*. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (orgs). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, p.101-114, 2013.

PIEPER, Frederico. *Religião: limites e horizontes de um conceito*. Estudos de Religião (IMS), v. 3, 2019a.

POPPER, Karl R. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

PORTELLA, Rodrigo. *Reflexos no Espelho: Reflexão sobre as Ciência(s) da(s) Religião(ões) nos Programas de Pós-Graduação Brasileiros*. Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH, Ano III, n. 9, jan.2011.

PYE, Michael. *Integração Metodológica na Ciência da Religião*. REVER, ano 17, nº 2, mai/ago 2017.

SANTOS, Maria Roseli S. *Oralidade, performance e representações sociais – A História Oral em pesquisa no catolicismo popular e neopaganismo*. In: Como estudar as religiões: metodologias e estratégias. SILVEIRA, Emerson Silveira (org.). Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

SILVEIRA, Emerson Sena da. *Sob a sombra da ciência da religião: Os paradigmas fenomenológico e histórico e a proposta falibilista de Karl Popper*. In: SILVA, Ana Rosa Clochet da; STEFANO, Roberto Di. *História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

USARSKI, Frank (org.). *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

USARSKI, Frank. *História da Ciência da Religião*. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (orgs). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, p. 51-62, 2013.